

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Evasão do ensino superior: Impactos do fundo de financiamento estudantil (FIES)

Pedro Capó

peedrocapo@gmail.com

Universidade do Vale do Itajaí

Ana Claudia Delfini

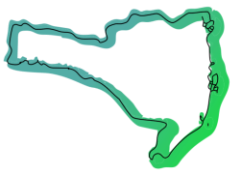
Analcuaida.univali@gmail.com

Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO. O artigo propõe compreender o Fundo de financiamento estudantil (FIES) desde seu surgimento, como uma das principais políticas de educação superior no Brasil, por intermédio das relações governamentais neoliberais que estão subsidiando o programa, afim de identificar as implicações que o programa proporciona, enfatizando a evasão como uma das principais problemáticas. O estudo evidenciou que houve grande investimento governamental para a democratização da educação superior através do FIES, e que o mesmo tem contribuído para o elevado índice do acesso à educação. Porém que há falhas em sua totalidade, tornando a evasão um problema substancial que deve ser questionado, afim de proporcionar uma melhora nos impactos proporcionados pela política.

PALAVRAS-CHAVE: Fies. Ensino superior. Evasão.

ABSTRACT. The article proposes to understand the Student Financing Fund (FIES) since its emergence, as one of the main higher education policies in Brazil, through the neoliberal government relations that are subsidizing the program, in order to identify the implications that the program provides, emphasizing evasion as one of the main problems. The study showed that there was a large government investment in the democratization of higher education through FIES, and that this has contributed to the high rate of access to education.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



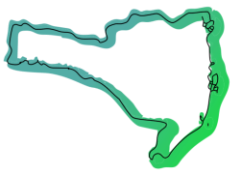
However, there are flaws in their entirety, making evasion a substantial problem that must be questioned, in order to provide an improvement in the impacts provided by the policy.

KEY WORDS: Fies. University education. Evasion.

INTRODUÇÃO. Dentre a totalidade de bolsas de educação superior no Brasil o FIES pode ser compreendido como uma das mais difundidas e utilizadas pelos discentes. O Fundo de Financiamento Estudantil - FIES tem sua origem na década de 1990, com intuito de substituir o Programa de Parcelamento Estudantil Privado Sem Juros - CREDUC, com a proposta de facilitar o financiamento para a inserção de estudantes na educação superior. O programa foi estipulado no mandato de Fernando Henrique Cardoso num momento em que as políticas neoliberais estavam em ascendência no Brasil, assim como as instituições privadas. Neste sentido o FIES fez girar uma grande parte da economia, abrindo crédito para os estudantes e induzindo-o para a sua formação e emprego no mercado de trabalho. (Castro 2017).

Com o processo de ampliação dos aspectos relativos à educação no Brasil, houve a necessidade de um remanejamento do fundo público para a educação pública, proporcionando a possibilidade da distribuição “igualitária” para minimizar o processo de desigualdade regional, acarretando, na proposta de amplo acesso à educação de massa (Machado; Farenzena, 2016). Sendo assim, com o término do regime militar no país e os debates relacionados a acesso e inserção na educação, a constituição de 1988 trouxe à tona a discussão sobre o financiamento. Este fator foi o que possibilitou a aprovação de inúmeros artigos em prol de sua “melhora”, mantendo sua reserva orçamentaria, uma vez que era cogitado sua extinção (Corbucci 2005).

Sob a afirmação que a educação passa a ser direito fundamental e a responsabilização do estado, o interesse governamental pela desregulamentação dos cuidados com a educação incentiva o pensamento capitalista dos ditos conservacionistas, fazendo com que o modelo de educação comumente utilizado caísse em declínio, proporcionando a entrada e a manipulação das instituições privadas, provocando assim, a ampla mercantilização e o monopólio do sistema educacional. (Ball 2014, Farenzema; Luce, 2013; Chaves; Silveira, 2018).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

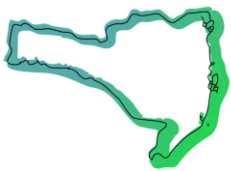


Nos anos subsequentes, a educação superior privada iniciou seu caminho até a atualidade, fato este que promoveu a estruturação das ideias de mercado, moldada de acordo com as empresas educacionais, com intuito quase que exclusivo de lucro econômico. Nesse momento, passou-se a tomar a educação como um serviço que contempla as necessidades de quem as usufrui e não mais como um direito social. (Chaves; Reis; Guimarães, 2018; Martins, 2009; Nunes, 2007).

A partir de então o modelo do FIES é desenhado para responder aos desafios da internacionalização e das demandas governamentais para a ampliação do setor educacional, tal como atingir as metas propostas pelo plano nacional de educação, porém, com altas taxas de juros, acabou excluindo alunos que deveriam ser favorecidos. No período de 2002 a 2010, ampliou as possibilidades de acesso com taxa de juros mais baixas, prazo para quitação estendido, tal como o prazo de carência, além da extensão na faixa da renda familiar e aumento da porcentagem do financiamento. (Castro 2009).

Com o sucesso do programa e os índices aumentados na educação superior, o FIES 2010 a 2014, chegou ao seu ápice, com um grande número de alunos beneficiados. Todavia decorrente da crise econômica que o país sofria, o FIES sofreu uma queda “meteórica” devido às taxas altíssimas de inadimplência. (Evangelista 2019). Dos fatores que incidiram a inadimplência por parte do alunado podemos citar os custos da permanência no ensino superior como uma das principais causas. As dificuldades de se manter durante a realização do curso de ensino superior, e depois da entrada no mercado de trabalho, fez com que parte do alunado optasse por não efetuar os pagamentos referentes a bolsa de financiamento estudantil. (Evangelista 2019). Fator que aponta a evasão dos alunos como um problema a ser contemplado.

Pouco se fala sobre a possível falta de planejamento na política governamental, porém, decorrente deste processo o FIES se fez pouco eficaz na contribuição das metas do plano nacional de educação como também gerou um grande impacto nas questões financeiras, fiscais e orçamentarias dos cofres públicos, endividamento por parte do alunado, além da questionável qualidade e equidade da educação superior. (Guimarães 2018).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

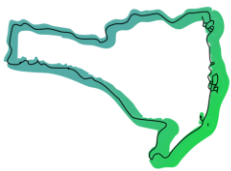


Independente deste cenário, é percebido que o FIES proporcionou o acesso à educação superior privada para inúmeros brasileiros que de outra maneira não o teriam. Desta forma percebe-se que o FIES é uma política pública que necessita de melhorias e cuidados para adequar à realidade brasileira e promover aquilo que se está em sua regulamentação enquanto à equidade e o favorecimento socioeconômico e regional, assim como compreender questões como a evasão do FIES no Brasil. Nesse sentido, o presente trabalho pretende compreender as questões referentes a evasão proporcionado pelo programa durante os anos de 2014 a 2020.

BREVE CENÁRIO. O financiamento na área da educação está intimamente ligado com a gestão governamental e a possibilidade de gerir recursos para a viabilização, formulação, implementação e avaliação da política. Visto pelo lado jurídico-institucional, “o estudo do financiamento implica a análise da esfera fiscal, cobrindo as características e o desenrolar histórico das principais fontes de financiamento tributário, assim como as contribuições sociais e demais fontes que se destinam à área”. (Castro, 2001, p.11). Dessa forma a expansão da educação superior no Brasil, no período de 1995 a 2014, está fortemente vinculada ao setor privado. (Chaves; Silveira, 2016). Fato que está relacionado ao número crescente de instituições e de vagas propiciada por elas.

Sob estes aspectos, o surgimento do financiamento educacional no país surgiu com a criação do Programa de Crédito Educativo (CREDUC), em 23 de agosto de 1975. Porém, alguns anos depois, devido à inadimplência daqueles que possuíam o crédito, o programa foi sucedido em 1999, durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que tinha como objetivo financiar total ou parcialmente as mensalidades dos cursos ofertados para alunos com baixa renda familiar (Borges 2012, Mota; Oliveira, 2015).

O financiamento universitário é regulado, em primeiro lugar, pelo Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, sob a lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, que institui o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, como um programa de “natureza contábil, destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. (Castro; Ribeiro, 2009, p. 63).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



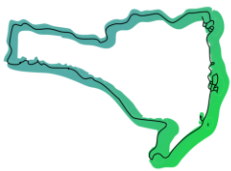
Nesse sentido, podemos perceber a intencionalidade do programa em facilitar o acesso amplo às Instituições de educação superior, com a ideia de que o estudante pode frequentar um curso de ensino superior de forma gratuita, e apenas se preocupar com seus gastos ao fim do programa. De certa forma a bolsa de financiamento pode ser vista como uma moeda de troca entre as instituições e o governo, cujo objetivo é massificar a educação superior para um acréscimo nos índices nacionais referentes ao ensino superior. As Universidades privadas utilizam de mecanismos para a adesão do programa pela população enfatizando que conhecimento e a ampliação cultural tornam-se essenciais para a rápida inserção no mercado de trabalho (Costa, 2014). Especialmente para jovens de classe média, que parece não existir outro meio de entrada no mercado de trabalho se não, pela universidade (Soares, 2002).

Contudo, dados da Controladoria Geral da União (CGU) 2018 referentes à prestação de contas do FIES, nos mostram que alunos que possuem o financiamento pagam cerca de 300 reais a mais do que alunos que possuem outras bolsas ou pagam as mensalidades mensalmente em sua totalidade. Além disso a CGU verificou que sob a priorização das vagas ofertadas o FIES não é capaz de atender a proporção estabelecida.

Diante desta problemática e absoluta ampliação da quantidade de vagas ofertadas pelo FIES pode ser percebido que tais políticas de incentivo governamental não geram os cuidados e manutenções necessárias para os estudantes. Por isso, é necessário que o Estado se atenha a políticas públicas voltadas ao acesso, mas que controle de alguma forma a evasão dos alunos de baixa renda que, de certa forma, não conseguem se “manter” ao longo dos anos que permanecem nas universidades. O elo mais fraco deste cenário é o aluno que deseja e necessita da formação superior, ficando refém de Instituições que visam majoritariamente os benefícios financeiros proporcionados pelo FIES. (Moreira, 2019).

Além do impacto socioeconômico na vida do estudante beneficiário do FIES Almeida (2018) aponta que os alunos do FIES quando comparado a alunos não bolsistas do programa mantém o nível de proficiência, efetivando a diretriz de qualidade dito pelo Governo federal a respeito do programa.

O FIES corresponde a uma importante política pública que busca a democratização e a inclusão de estudantes de baixa renda no ensino



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



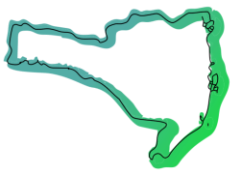
superior, com a perspectiva de proporcionar a melhoria dos rendimentos e da qualidade de vida os seus beneficiários. Ressalta-se que este programa foi o primeiro a ser desenvolvido dentre o rol das políticas direcionadas para o ensino. (Costa et, al 2000, p.24)

Tanto no estudo quanto na política em si o FIES se mostra positivo ao pensar em acesso à educação superior e a possibilidade de inserção daqueles menos favorecidos, na margem da pirâmide social (Vituri 2019). Porém, a realização da tão sonhada educação superior acaba promovendo a mercadorização do estudo, fato este que estabelece o lucro e pode acabar precarizando a qualidade do ensino, e como consequência o aumento da evasão por parte do alunado, que de certa forma prioriza por uma qualidade nos estudos.

É possível que os efeitos indiretos do programa e seu real custo social estejam sendo negligenciados. A questão abordada tem referências às condições sociais além da universidade. De forma geral temos como pressuposto e critério para inclusão de que os alunos bolsistas são alunos de baixa renda e ao ingressar em uma instituição privada, podem alterar suas percepções e convívio social. (Tomaz, 2016) Esta afirmação diz respeito a contradição proposta pelo Governo Federal que “vende” a possibilidade do ensino para todos, através da inserção facilitada na Instituição, aumentando exponencialmente as taxas de evasão dos alunos, uma vez que é sabido que existe certa demanda financeira para a manutenção da bolsa, e dos demais custos para manter a “vida universitária”, como transporte, alimentação, entre outros.

As influências e consequências geradas pelo FIES fizeram com que o programa sofresse inúmeras alterações ao longo dos anos. Sendo assim, Castro (2017) afirma que com a nova regulamentação do FIES a partir de dezembro de 2014 algumas mudanças e estratégias de gestão foram colocadas em prática. A tentativa é a de suprir suas demandas com a universidade, com os alunos, e os índices crescentes de evasão e a inadimplência recorrente desde a criação do programa.

MATERIAIS E MÉTODOS. A pesquisa foi realizada com base nos descritores (financiamento estudantil) AND (ensino superior). A pesquisa sobre os temas foi realizada no portal de periódicos da “CAPES” e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

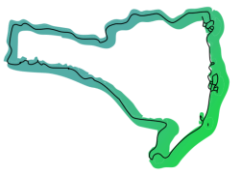


(BDTD). No portal capes foram encontrados 72 trabalhos, sendo 70 artigos, 1 tese e 1 livro. Para melhor refinamento da amostra aplicamos o filtro “revisar por pares”. Com a aplicação deste filtro, chegamos a 57 artigos. Após a exclusão de trabalhos que não coincidiam com a temática da pesquisa 8 foram selecionados. A mesma busca foi realizada no Banco Nacional de Teses e Dissertações (BDTD) onde foram encontrados 46 trabalhos, no período de 2014 a 2020, sendo 35 dissertações e 11 teses. Após um primeiro recorte que teve como fator de exclusão temas que não abordavam a temática do estudo, foram selecionados 24 trabalhos, excluindo permanentemente trabalhos que utilizavam a temática na educação superior pública, e no ensino básico. Por fim, depois de todas as buscas e filtros aplicados, foram analisados 32 trabalhos. Destes 32 trabalhos, apenas 1 trabalho (SAUAIA e SILVA 2014) foi relacionado com a temática da evasão referente ao Financiamento Estudantil.

RESULTADOS. Sob a perspectiva da evasão na educação superior referente ao FIES, Sauaia e Silva (2014) apontam os questionamentos e causas para ele. Os autores afirmam que as iniciativas propostas pelo Governo Federal através da bolsa do FIES subsidiam o ingresso dos estudantes nas instituições de educação superior privadas, mostrando que a idealização e a fomento destes programas estão intrinsecamente ligados com os objetivos de completude do PNE. Assim, a ideia é induzir o alcance do quadro almejado de estudantes ativos em instituições de educação superior. Toma-se como ponto positivo, pois mostra a importância da bolsa de estudos para o estudante/aluno, tornando como a grande “arma” para diminuir a possível evasão.

Dados da pesquisa ainda mostram que uma boa parte destes bolsistas são de fato os ingressantes das instituições privadas. Com isso, o objetivo do estudo de Sauaia e Silva (2014) foi verificar a relação entre a evasão discente e a qualidade da educação oferecida na educação superior privada, na hipótese baseada na Economia dos Custos de Transação.

De forma geral observou-se que houve redução da evasão dos alunos de instituições privadas, mostrando de certa forma a aplicabilidade das políticas públicas nesse sentido. A permanência na educação privada através do FIES e a taxa de evasão proveniente da bolsa são



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

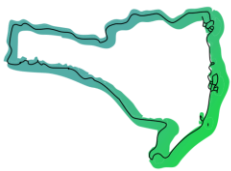


inferiores aos alunos que não possuem o benefício o que pressupõe o FIES como contribuinte para o crescimento da educação superior privada. (Queiroz, 2018). Porém, outro fator deve ser levado em consideração referente a possível evasão, uma vez que a evasão gera queda orçamentária da Instituição e possivelmente a diminuição na qualidade ofertada por ela. Deste modo, os autores recomendam que as políticas públicas devem ser pensadas não apenas para ingressar nas instituições, mas também para manter o aluno ativo, consequentemente diminuído as taxas de evasão, uma vez que, mesmo com a gratuidade do estudo, existe certo custo para a locomoção, a manutenção e demais gastos para a permanência do estudante na instituição de ensino superior.

Este fato aponta o FIES como uma bolsa que deve ser pensada também através da continuidade do aluno na instituição de educação superior privada uma vez que de acordo com sua regulamentação sob a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, os custos da fase de utilização durante os períodos de duração do curso, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais), referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento. Assim, torna, de certa forma, os custos mais baixos para a continuidade do curso

CONSIDERAÇÕES FINAIS. O modelo do FIES em sua criação foi desenhado de certa forma para responder aos desafios da internacionalização e das demandas governamentais para a ampliação do setor educacional, tal como atingir as metas propostas pelo PNE. Pouco se diz sobre a possível falta de planejamento, porém, decorrente disso o FIES se fez pouco eficaz na contribuição das metas do PNE como também gerou um grande impacto nas questões financeiras, fiscais e orçamentarias dos cofres públicos, endividamento por parte do alunado, sua evasão das instituições de ensino superior, além da questionável qualidade e equidade da educação.

Mesmo com inúmeras conturbações em sua história o FIES permitiu o acesso à educação superior privada para inúmeros brasileiros que de outra maneira não o teriam. Porém, ao mesmo tempo incitou a mercadorização e a privatização da educação superior. Conclui-se que o FIES é uma política pública que necessita de melhorias e cuidados para funcionar de



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



forma mais adequada à realidade brasileira e promover aquilo que se diz em sua regulamentação enquanto a equidade, a permanência e subseqüente a evasão, assim como, o favorecimento socioeconômico e regional.

Referências.

ALMEIDA, Marcelo Nascimento de. **A contribuição dos programas de financiamento estudantil (FIES) e universidade para todos (PROUNI) para a diretriz de qualidade do ensino superior:** um estudo sobre o desempenho dos alunos de administração no ENADE de 2015. 2018, 110f. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública) - FGV-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

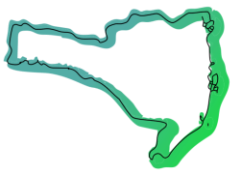
BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BORGES, Francisco Carlos D'emílio. **Financiamento público e ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil:** repercussões em instituições particulares de ensino. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2012

BRASIL.2018. Programa de financiamento estudantil. FIES. **O que é o FIES.** Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 03 nov. 2018.

CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho Castro. **A nova regulamentação do fundo de financiamento estudantil e seu impacto na gestão estratégica de crescimento das instituições de ensino superior privadas.** 2017. 78f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -FGV- Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Financiamento da Educação no Brasil. **Em Aberto,** Brasília, DF, INEP, v.18, n. 74, p. 11-32, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.18i74.2150>. Acesso em: 15 abr. 2020.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, Jose Aparecido Carlos. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In: **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília, DF, IPEA, n. 17, p. 19-77, 2009. Introdução. Número especial: Vinte Anos da Constituição Federal.

CHAVES, Jacqueline Cavalcanti; SILVEIRA, Franciene Aparecida da. Ensino superior e política de assistência estudantil: repensando a formação universitária. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, p.224-250, 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 40, n. 1, p.37668-37680, 2 fev. 2018. Universidade Estadual de Maringá.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, p.677-701, 2005

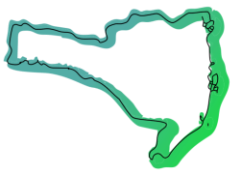
COSTA, Fabiana de Souza. O Prouni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 1, n. 3, p.5-22, 2014. Interfaces da Educação

COSTA, Ivy Silva, et al. O impacto de uma Política Pública Educacional no Enade: uma avaliação do FIES. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.12, n. 35, p. 437-468, 2000.

FARENZENA, Nalú; LUCE, Maria Beatriz. Financiamento da educação e responsabilidades federativas: 25 anos de agenda constituinte Educational. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, p.263-281, 2013.

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. **As transformações do mercado do ensino superior e o endividamento estudantil no Brasil**: uma produção do Estado neoliberal. 2018. 416f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

EVANGELISTA, Juliana Pedroza Carvalho, **Políticas públicas de acesso ao ensino superior como medida concretizadora de direitos fundamentais**. 2019. 153 f; Dissertação



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



(Mestrado em Direito_- Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza,2019

QUEIROZ, Jacqueline Clara. **Fundo de financiamento estudantil (Fies) - 2010 a 2015**: mecanismo de financiamento da democratização do acesso e permanência na educação superior privada. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MACHADO, Maria Goreti Farias; FARENZENA, Nalú. **Delineamentos Normativos da Política de Financiamento da Educação Básica Brasileira**. In: CHAVES, Neusa Batista; FLORES, Maria Luíza Rodrigues. Formação de Gestores Escolares para a Educação Básica: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20anos de normatização da gestão democrática na LDBEN. Porto Alegre: Evangraf, Escola de Gestores, 2016, p. 173-190

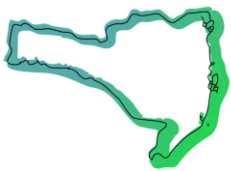
MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p.15-35, abr. 2009.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Political and Economic Disputes over Brazilian Educacional Democratization in the 21 st Century. **Revista Katálysis**, Florianópolis v. 22, n. 3, pág. 447, 2019

MOTTA, Ivan Dias da; OLIVEIRA, Angélica Papote de. A educação e os direitos da personalidade: fundo de financiamento estudantil (fies). **Revista Jurídica**, Maringá, p.233-250, 2015.

NUNES, Edson. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p.103-147, 2007.

QUEIROZ, Jacqueline Clara. **Fundo de financiamento estudantil (Fies) - 2010 a 2015**: mecanismo de financiamento da democratização do acesso e permanência na educação superior privada. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



SAUAIA, Antônio; SILVA, Adriano. Evasão e qualidade em instituições de ensino superior privadas: Uma análise da economia de transação. **Administração: ensino e pesquisa rio de janeiro**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 4 p. 805–830, out./nov./dez. 2014

SOARES, Dulce. Helena. Pena. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

TOMAZ, Cícero José. **Sociedade de consumo e juventude**: Uma análise a partir das práticas de consumo e identidade dos jovens vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. 2016. 138 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2016

VITURI, Renée Coura Ivo. **Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para o ensino superior privado**: trajetórias de vida de graduadas e graduados financiados pelo programa – das tramas aos dramas (1999 a 2018). 2019. 394 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

AGRADECIMENTOS: Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio, em meu acesso e manutenção no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), auxiliando com a mensalidade além dos demais custeios para a permanência no programa. Obrigado.